

# PANORAMA DA CATALOGAÇÃO NO BRASIL: da década de 1930 aos primeiros anos do Século XXI

Fernando Modesto<sup>1</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Trata-se de um panorama enxuto de acontecimentos que marcam a evolução da Catalogação no Brasil, a partir das décadas de 1930 – 1940 até o dois mil e sete. Uma escassa literatura técnica é disponível, que somada a fatos ocorridos recentemente em nossa vivência pessoal, podem ser úteis a esta necessária divulgação pública.

Para ilustrar a evolução nas décadas de 1980, 1990 e 2000, baseamo-nos em buscas em periódicos da área: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as bases de dados criadas e mantidas pelo Núcleo da Produção Científica (NPC) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Com referência a dissertações e teses, e a trabalhos publicados nos eventos de Biblioteconomia: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), e Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

Como obra básica de suporte ao relato, adotamos o livro de Alice Príncipe Barbosa, “Novos rumos da catalogação” (Rio de Janeiro: Brasilart, 1978). Por fim, resta-nos comentar que o desenvolvimento de abordagem panorâmica, em sendo tema amplo, corre-se ao risco de tornar enfadonha esta resenha histórica, ou pecar ainda por alguma omissão de nomes e fatos (ECO,1983).

Desta forma, preferimos apresentar uma súmula de acontecimentos, subdivididos em décadas. Por certo, cremos poder estimular a memória daqueles renomados profissionais da área, que tenham vivenciados alguns dos fatos citados. De outro lado, também, possamos instigar a curiosidade de outros tantos jovens a se adentrarem com maior profundidade na história da Biblioteconomia brasileira, em especial nas atividades da catalogação, infelizmente, até resumidas a estreitos limites das fichas 7,5 X 12,5.

---

<sup>1</sup> Professor-Doutor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: fmodesto@usp.br

Esta apresentação irá contemplar, também, a análise pessoal de um bibliotecário enamorado pela Biblioteconomia desde o momento de seu nascimento profissional, em 1981. Iniciamos por apontar a grande preocupação que marcou gerações de bibliotecários brasileiros, ou seja, o desejo de contar com um Código de Catalogação nacional.

## **2. HISTÓRIA DA CATALOGAÇÃO NO BRASIL**

### **2.1. A década de 1930**

A primeira iniciativa, no sentido de um código nacional, ocorre com o trabalho de Jorge Duarte Ribeiro, intitulado “Regras bibliográficas: ensaios de consolidação”, editado em 1934. O autor se propunha a estabelecer normas de entradas de nomes pessoais. Nesta época, a Capital de São Paulo se consignou como pioneira no ensino da Catalogação, baseado no Código da American Library Association (ALA). Uma adoção influenciada por Muriel Gedder, professora norte-americana, docente do curso elementar de Biblioteconomia no Colégio Mackenzie. O primeiro curso regular será instalado somente em 1936, sob a coordenação de Rubens Borba Alves de Moraes e Adelpha Silva R. de Figueiredo, interessados em implantar uma nova biblioteconomia, e divulgar os benefícios de um acervo organizado a serviço da coletividade (RUSSO, 1966). Nesta década é fundada a Associação Paulista de Bibliotecários (APB), em 1938, e que irá desempenhar nos anos seguintes um importante papel para a Catalogação brasileira.

### **2.2 A década de 1940**

A busca por um código brasileiro persiste, já, em 1941, a APB publica as “Regras gerais de catalogação e redação de fichas” (ASSOCIAÇÃO...,1941). No mesmo ano, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) institui uma comissão responsável por desenvolver o projeto de um código de catalogação nacional e que resulta nas “Normas para organização de um catálogo dicionário de livros e periódicos”. De fato não houve grande receptividade pela comunidade bibliotecária, provavelmente pela cultura dominante no uso dos códigos da ALA e da Vaticana (BARBOSA, 1978).

Destaque-se outro fato importante: a paulista Maria Luiza Monteiro da Cunha conclui sua pós-graduação na Universidade de Columbia, Estados Unidos, com o trabalho denominado “Normas brasileiras: um problema na catalogação” (MACEDO e FUJITA, 1992). Neste trabalho, a autora ressalta que o problema brasileiro na descrição bibliográfica resulta de três aspectos: a) inexistência de um código nacional de catalogação; b) tratamento inadequado de assuntos nos códigos existentes; c) imprecisão e contradições das fontes bibliográficas e ausência de bibliografias correntes ao assunto.

A década de 1940, também é marcada pela inovação dos processos técnicos no país. Introduzidas pela carioca Lydia de Queiroz Sambaquy. Sob sua inspiração – baseada na experiência da *Library of Congress* (Estados Unidos) – o DASP institui o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), com a finalidade de constituir um sistema nacional de catalogação cooperativa. Não obstante, as dificuldades encontradas, tais como bibliotecas deficitárias e carentes de padrões; falta de pessoal técnico capacitado e inexistência de normas oficialmente estabelecidas; apesar de tudo isso, o projeto consolidou-se na década seguinte, incorporado ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

A partir desta iniciativa faz-se a divulgação e normalização, no Brasil, da ficha padrão 7,5 X 12,5 (centímetros), adotadas nos Estados Unidos desde o início do século XX. Daí, vão se moldar os catálogos bibliográficos brasileiros, bem como o aprendizado da catalogação.

Lembra-se, por conseguinte, que o curso de formação de bibliotecários mantido pela Biblioteca Nacional se reformula, não se limitando apenas a capacitar pessoas para suas necessidades, mas para qualquer tipo de biblioteca. No ensino bibliotecário de disciplinas técnicas cresce a aceitação da visão norte-americana da área da Biblioteconomia (MÜLLER, 1985). Recai ainda em Lídia Queiroz Sambaquy a iniciativa de introduzir a “Catalogação na Fonte”, em âmbito não comercial, anunciada nas publicações do DASP. Décadas mais tarde, retrabalhado o tópico por Regina Carneiro (Bibliotecária-chefe da Câmara Brasileira do Livro), num conceito inserido no mercado editorial brasileiro.

As conseqüências das ações realizadas nesta década geram uma ruptura, uma descontinuidade entre a Biblioteconomia que se praticava e a que se praticará a partir de então, progressivamente legitimada pela comunidade profissional (ODDONE, 2004).

### 2.3 A década de 1950

Na década de 1950 são consolidadas ações iniciadas na década anterior. Sobretudo, foi marcada pela expansão dos Cursos de Biblioteconomia no País e pela integração do movimento associativo bibliotecário na luta para que a área biblioteconômica se firmasse como categoria profissional em nível superior. Tratou-se de continuar a busca de uma padronização às normas catalográficas, e, por sua vez, quanto as entradas de nomes brasileiros e portugueses.

Para atestar a expansão e ebulição gradativa da Biblioteconomia, apontamos importantes eventos. Em 1951, em São Paulo, a “Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina”, promovida pela UNESCO e pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 1953, o primeiro Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal, promovido pela Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro. Em 1954, em Recife, o primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD) reúne bibliotecários de todo território nacional, tendo o mérito de iniciar uma fase importante de colaboração entre os profissionais, até então muito dispersos (FONSECA apud MÜELLER, 1985, p.6).

Em tal evento é apresentado o trabalho “Normas brasileiras de catalogação, entrada de autores coletivos e nomes brasileiros”; pelo insigne professor Edson Nery da Fonseca, em que enfoca um tema sensível aos bibliotecários, e que irá suscitar debates nas décadas seguintes, ou seja, a entrada para nomes brasileiros.

No encerramento do Congresso, são seguintes as recomendações finais: a) criação de um código de catalogação brasileiro; b) criação no Instituto Nacional do Livro (INL) de uma comissão de especialistas em catalogação composta de professores e profissionais; c) escolha de entradas para nomes brasileiros e portugueses, com base em critérios universalmente aceitos ao respeito da vontade do autor, o uso local e a tradição literária. No mesmo ano de 1954, é criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) que passa a incorporar e manter o Serviço de Intercâmbio de Catalogação. O SIC, em conjunto com o INL, estabelece uma “Comissão de Estudos de Catalogação”, cuja atribuição foi redigir o

Código de Catalogação Nacional. O resultado apresentado não obtém aceitação ou concordância política, já que os trabalhos de elaboração são divididos entre dois subgrupos: um Paulista e outro Carioca (como no futebol, havia um tipo de bairrismo biblioteconômico irreconciliável).

Outra iniciativa, dessa época, é a solicitação da UNESCO ao Instituto Brasileiro para Educação, Ciência e Cultura (IBECC) para a elaboração de um projeto de catalogação destinado aos nomes de autores brasileiros e portugueses. O projeto não teve continuidade. Assim, a questão do código nacional com finalidade de uniformizar as entradas para nomes pessoais – brasileiros e portugueses – tornou-se questão constantemente debatida pelo fato de existirem duas correntes distintas. Uma: preferia adotar como entrada a última parte do sobrenome; outra: procurava respeitar a forma preferida pelo autor em suas obras, isto é, seu nome literário (BARBOSA, 1978, p. 60). E a saga brasileira dos profissionais continua.

No estertor da década, em 26 de julho de 1959, é fundada a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), fruto da proposta apresentada por Laura Russo e Rodolfo Rocha Júnior, durante o 2º CBBB, em Salvador. A criação da FEBAB foi fundamental para a consolidação da Biblioteconomia enquanto profissão, e essencial na divulgação e inserção das atividades biblioteconômicas em projetos nacionais e internacionais de informação.

## **2.4 A década de 1960**

É uma importante década do reconhecimento legal da profissão bibliotecária em busca do “nível superior”; cujo estabelecimento de um currículo mínimo do Curso de Biblioteconomia, reforçaria ainda mais a importância da profissão para o país (MÜELLER, 1985).

Trata-se de uma década de impactos na catalogação mundial. Em 1960, durante a 23ª Conferência Geral da Federação Internacional de Documentação (FID), no Rio de Janeiro, é criada a Comissão Brasileira de Catalogação (CBC) vinculada à FEBAB, tendo por presidente a professora Maria Luisa Monteiro da Cunha. A Comissão teve o mérito de reorganizar as práticas consideradas obsoletas, ainda utilizadas em algumas bibliotecas brasileiras, e acertar as

divergências existentes, motivadas pela duplicidade de códigos de catalogação (ALA e Vaticana), e as adaptações de caráter particular.

No terceiro CBBD, em Curitiba (1961), a Comissão Brasileira de Catalogação analisa dois trabalhos de normalização em catalogação: a) o “Projeto de Regras de Catalogação para os Nomes Brasileiros e Portugueses”, elaborado pela Comissão de Catalogação do Rio de Janeiro; e “Catalogação de Autores Brasileiros e Portugueses”, elaborado por Maria Antonieta Requião Piedade. Dentre tais documentos, outros mais servem de subsídios para que Maria Luisa Monteiro da Cunha elabore o famoso trabalho “Nomes brasileiros e portugueses: problemas e soluções”, apresentado na Conferência de Paris, em 1961. O trabalho torna-se conhecidíssimo como Documento nº.13, e é incluído na edição brasileira do Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR (1969), como apêndice n.8. Nesse Congresso é empossada a primeira diretoria da FEBAB, sob a presidência de Laura Garcia Moreno Russo, e tendo como programa de gestão, entre outros, a defesa da classe nos terrenos técnicos, culturais, sociais e econômicos; e servir como centro de documentação e informação das atividades biblioteconômicas do País, de maneira a contribuir para o aprimoramento cultural e técnico dos profissionais, e o desenvolvimento das bibliotecas brasileiras. Sob a liderança tenaz e persistente de Laura Russo as conquistas se estendem com a promulgação da lei 4.084/62, regulamentando o exercício profissional; e o estabelecimento do currículo mínimo para o curso de Biblioteconomia, em nível universitário. Impulsiona-se a profissão no âmbito nacional (TRINTA..., 1989).

Entretanto, a partir de 1963, idéia de um código nacional vai se arrefecendo. Não se faz quaisquer referências ao assunto. Credita-se a isso o fato de ter sido publicado pelo IBBD, em 1962, uma tradução do Código da Vaticana. Apesar de ser uma 2ª edição brasileira, o Instituto deu-lhe ampla divulgação, postergando sua utilização por mais tempo (Mey, 1987, p.39).

Certamente, a barreira da língua tenha sido uma variável determinante na concorrência dos códigos; em virtude da tradução em português da primeira edição do AACR, em 1969, por Abner Lellis Correa Vincentini em colaboração com Astério Campos. Inicia-se, portanto, um declínio no uso do Código da Vaticana, e começa a busca pela padronização dos serviços técnicos.

## 2.5 A década de 1970

Os últimos anos da década de 1960 e os anos 70 foram caracterizados pela instabilidade política nacional, mas também acentuados pelo crescimento econômico brasileiro. Reflete “o sucesso da economia, o panorama da área de Biblioteconomia” que “também é de crescimento e mudanças” (MÜELLER, 1985, p.8).

Um grande esforço da comunidade bibliotecária na área de processos técnicos busca uma padronização nacional, cujo requisito essencial é participar de qualquer programa em nível internacional. Neste esforço se destacam, ainda, as Associações de Bibliotecários por meio de seus Grupos de Trabalho; e acadêmicos como a ilustre professora Cordélia Robalinho Cavalcante, que edita seu livro “Catalogação Simplificada” (Brasília: Editora UNB, 1970), recebida como um instrumento orientado às necessidades dos catalogadores brasileiros.

Com a propagação da automação e a divulgação do projeto *Machine Readable Cataloging* (MARC), o SIC revê suas bases de atuação, e reformula-se em termos de automatização de suas atividades. Baseado no modelo desenvolvido pela *Library of Congress*, constitui-se o Projeto CALCO (Catalogação Legível por Computador), transformando-se em uma central de catalogação automatizada que por mudanças de políticas institucionais deixa de existir em 1973, para o surgimento da Rede Bibliodata/CALCO.

O CALCO, com a adesão da Biblioteca Nacional, obtém sua formalização como o formato nacional para processamento e intercâmbio dos registros bibliográficos (interna e externamente). Com isso, exigem-se esforços na padronização de normas de catalogação, na definição de cabeçalho de assunto e na maior adesão ao AACR.

Neste sentido, acontecimentos do período determinam a mudança para o código de catalogação dominante no país. Segundo Alice Príncipe Barbosa (1978), dois movimentos marcam as mudanças. O primeiro, do IBBD, em 1972, cria um Grupo para uniformizar normas de catalogação adotadas pelo próprio Instituto, pela Biblioteca Nacional e pelo INL. O segundo movimento, também provocado pelo IBBD, envolveu a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) que visa uniformizar o ensino da catalogação nos cursos existentes no país.

Ressaltamos que em 1970 foram organizados o primeiro Simpósio Nacional de Professores de Catalogação, na cidade de São Paulo e o segundo, em 1974, no Rio de Janeiro. Esses eventos foram essenciais para discutir não só o ensino de catalogação, mas a normalização de entrada de nomes brasileiros e portugueses. Um passo neste sentido acontece durante o oitavo CBBB, em Brasília, em 1975, quando é aprovada pela comunidade bibliotecária a adoção de entrada pela última parte do sobrenome do autor. Decisão subsidiada pelo estudo de revisão das regras para autores brasileiros e portugueses em relação ao AACR, realizado pelo Grupo de Trabalho em Processos Técnicos (GTPT) da APB, e apresentado no Congresso (CARNEIRO, 1984, p.44). Esperamos que, neste 22º CBBB (2007), considerando-se as iniciativas vêm sendo elaboradas pela biblioteconomia internacional, possamos aprovar uma nova iniciativa para a revitalização da catalogação brasileira.

Três outros fatos importantes que refletiram na padronização merecem citação. Primeiro, os estudos comparativos entre as ISBDs (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada) e o AACR (edição de 1967) realizados pelo GTPT da APB. Entendia-se ser necessário que as regras descritivas pudessem ser mais facilmente assimiladas e aplicadas pela comunidade profissional. Este grupo foi responsável pela tradução e publicação dos principais documentos das ISBDs, no início da década de 1980.

O segundo fato, é a iniciativa de Regina Carneiro junto aos Editores e Livreros brasileiros na defesa pela adoção da “Catalogação na Fonte”. Seus esforços contribuíram para: a uniformidade da catalogação em âmbito nacional, a melhoria do intercâmbio de informações bibliográficas no país; e o favorecimento dos serviços de bibliotecas localizadas no interior do Brasil, tão carentes de recursos materiais, financeiros e humanos especializados.

Por último, o IBBD transformando-se no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 1976, quando um ciclo da catalogação brasileira termina.

O relato até aqui sintetizado por algumas décadas de catalogação no Brasil encerra com o comentário de Lydia de Queiroz Sambaquy na apresentação do livro de Alice Príncipe Barbosa:

[...] as tendências modernas dos trabalhos de catalogação, que deverão ser, já agora, baseados em projetos de estreita participação interbibliotecária, em forma automatizada, através de programas



estabelecidos por redes ou sistemas de bibliotecas. Somente assim será possível a soma das coleções de documentos e das obras existentes no País, através dos catálogos dessas Bibliotecas, para levantamento do universo de livros e documentos disponíveis, a fim de que, perfeitamente integrados, como um só catálogo de uma só biblioteca, servir a toda população no Brasil, por intermédio de redes de cooperação locais, estaduais, regionais e nacional de bibliotecas e de informação (SAMBAQUY, 1978, p.18-19).

Observamos que no relato das próximas décadas, é apresentado um gráfico ilustrativo das temáticas colhidas na literatura nacional, relacionadas à catalogação. Não é feito juízo algum de valor ou crítica. É apenas uma reflexão instantânea; estudos mais aprofundados poderão alterar a configuração. O que se pretende observar nesse momento é que se em tempos anteriores havia um apontamento dos “novos rumos” da catalogação até então; no início desse novo século, “rumos novos” começam a surgir.

## **2.6 A década de 1980**

A FEBAB assina, em 11 de julho de 1980, acordo para autorizar a publicação do AACR (edição de 1978), em língua portuguesa. A tradução é efetivada em dois volumes. Em 1983 o volume 1 e em 1985 o volume 2, editado com o apoio do IBICT. Já, na publicação do primeiro volume, Antonio Gabriel (presidente da FEBAB) e Regina Carneiro (coordenadora da equipe de tradução) expressam a expectativa em relação à publicação do código:

Se esta tradução auxiliar os catalogadores do Brasil contribuindo para a normalização da descrição bibliográfica, sem a qual tornam-se difíceis os trabalhos em cooperação e a transferência de informações bibliográficas não apenas em nível nacional como internacional, sentir-nos-emos compensados” (GABRIEL e CARNEIRO, 1983, p.IX).

Infelizmente, insuficiências de recursos financeiros acabam por impossibilitar as tentativas de reimpressão do Código e incorporar as atualizações posteriores, prejudicando a continuidade do processo iniciado até então. O lançamento do Código em português não elimina alguns pólos de resistência em relação à normalização e à cooperação bibliográfica. Há, ainda, quem não perceba que por meio do intercâmbio e da catalogação cooperativa pode-se alcançar objetivos muito

mais ambiciosos para o serviço de informação (NERY, 1983). Neste sentido, também soma os esforços de padronização, o trabalho laborioso de Antonia Motta de Castro Memória Ribeiro (1983) no sentido de tornar mais compreensível ao contexto brasileiro o uso e aplicação das regras do AACR.

Em 1983 e 1984, tem-se a composição de um Grupo de Trabalho sobre processos técnicos, formado por representantes de várias instituições, que reunidos na Biblioteca Nacional elaboram recomendações na formulação de cabeçalhos (de responsabilidade e de assuntos) para entidades coletivas e nomes geográficos.

Nessa época, o IBICT constituiu um grupo de trabalho para definir um formato de intercâmbio padrão, cujo objetivo é melhorar o intercâmbio de registros entre os sistemas existentes ou que viessem a ser desenvolvidos. Tal Grupo composto de membros do próprio Instituto e da comunidade usuária do CALCO, fica conhecido como “Escritório CALCO”. Além de produzir o manual “Formato de Intercâmbio CALCO”, inicia estudos para adaptação do formato às características do UNIMARC e *Common Communication Format* (CCF).

Embora a história seja composta de vários detalhes e significativos personagens, o Formato de Intercâmbio Bibliográfico e Catalográfico, abreviado para Formato IBICT, de certa maneira, constituiu-se em uma evolução no desenvolvimento de um formato comum de comunicação de registros bibliográficos computadorizados, uma variante evolutiva do próprio CALCO (MODESTO, 2007), constitui mais um passo na conscientização da comunidade para a importância da padronização e do trabalho cooperativo. A década é marcada pelo crescimento das tecnologias de informação: maior inserção dos microcomputadores nas unidades de informação; de softwares comerciais para automação de bibliotecas; e a distribuição do programa Microisis (versão DOS).

O gráfico 1, abaixo apresentado, é estruturado com as temáticas extraídas da literatura, ilustrando os acontecimentos, do período, relacionados à catalogação.

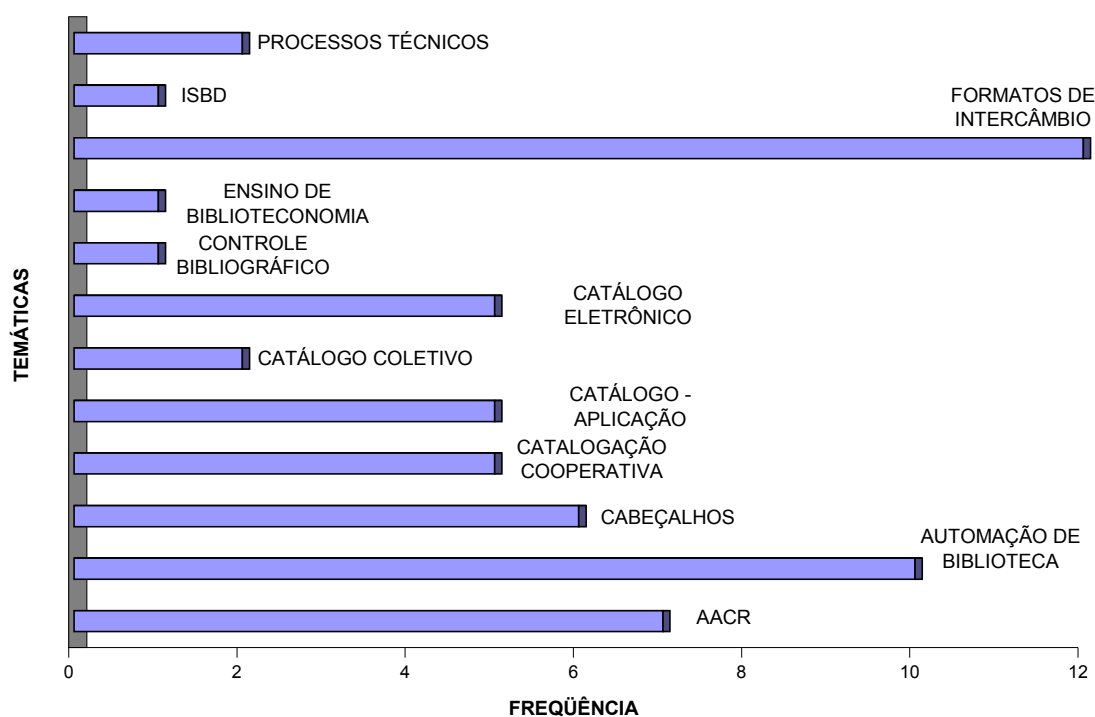


Gráfico 1 – Temáticas relacionadas à catalogação – Década de 1980  
 Fonte: Criado por Fernando Modesto

## 2.6 A década de 1990

As tecnologias de informação trazem para a área da Biblioteconomia inúmeros benefícios, porém o impacto mais significativo recai na catalogação. A crescente utilização de computadores, nos serviços bibliotecários, inviabiliza planejar a atividade bibliotecária desconectada de recursos informatizados, bases de dados, compartilhamento de registros e conversão retrospectiva (FERREIRA, 2000a). A utilização das redes eletrônicas possibilita maior interação entre bibliotecas nacionais e internacionais, consolidando assim a catalogação cooperativa (SOUZA et al., 1997).

O catálogo público de acesso on-line é um impacto da catalogação junto aos usuários de bibliotecas pela possibilidade de remotamente realizar busca rápida de informação (OLIVEIRA et al., 1997). Na realidade, a representação descritiva sofre mudanças em seu enfoque. O objeto da representação desloca-se do material bibliográfico para o usuário, permitindo-lhe realizar as tarefas de encontrar,

identificar, selecionar e obter a referência ou acesso ao material adequado aos seus propósitos (MEY, 2003).

Todas essas mudanças, na compreensão do registro bibliográfico, surgem a partir de encontros internacionais de especialistas em catalogação que estabelecem padrões para a descrição, denominados Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR). Resultados publicados pela IFLA, em 1998, apresentam uma releitura dos registros bibliográficos, por reorganizar seus elementos e apresentar conceitos de entidades, atributos e relacionamentos (MORENO, 2006).

Deixa-se de lado a ênfase no suporte físico, em benefício do conteúdo, da história da obra e suas relações. O banco de dados bibliográficos é uma modelagem de entidade-relacionamento (MEY, 1999). A catalogação é agora orientada ao objeto. O tema começa a se adentrar no cenário brasileiro.

Com as tecnologias emergentes, continua a discussão relativa ao problema do formato de intercâmbio para a catalogação cooperativa. Discussão também quanto às propostas de modelos para o estabelecimento e funcionamento de uma rede nacional de catalogação cooperativa descentralizada. O crescente interesse no envolvimento com redes cooperativas acontece por parte das bibliotecas universitárias estimuladas que são pela mudança tecnológica em direção a sistemas abertos (interoperacionável), e ainda, pela compatibilidade de formatos permissíveis ao intercâmbio informacional e a integração em redes (nacionais e internacionais).

Entre os anos de 1994 e 1996 são processadas mudanças na Rede Bibliodata/CALCO, em especial no formato dos registros bibliográficos, que passa de CALCO para USMARC, e deste para MARC21. Assim, uma vez estar formato, baseado nas primeiras versões do MARC, defasado ao longo do tempo.

A atualização procura tornar os registros da rede mais compatíveis nacional e internacionalmente, e aceitos pelos principais softwares de automação de bibliotecas existentes no mercado. Com o fim da utilização do formato CALCO, a Rede Bibliodata/CALCO passou a ser denominada apenas de Rede Bibliodata (REDE..., 2007). Já, nesta época, a Rede congrega mais de 60 instituições, reunindo aproximadamente um milhão de títulos, com fluxo médio de cerca de dez mil títulos implantados ao mês (FIORAVANTE, 1996). As mudanças no Bibliodata marcam o fim de um ciclo histórico e o começo de outro para a catalogação cooperativa.

As bibliotecas brasileiras, de maior porte, em especial as universitárias, começam associarem-se a partir de 1996 à OCLC (*Online Computer Library Center*),

maior consórcio de bibliotecas do mundo, dedicada a prestar serviços bibliotecários computadorizados e de pesquisa, com mais de 53 mil bibliotecas em 96 países em todo mundo.

No final dessa década, a partir da experiência iniciada em 1993 com o projeto do catálogo coletivo UNIBIBLI em CD-ROM, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) dá início as atividades do Grupo de Estudos CRUESP/BIBLIOTECAS, com objetivo de ampliar a integração dos Sistemas de Bibliotecas da USP da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), cujo resultado é a constituição de um consórcio que reúne 89 bibliotecas e atende cerca de 180 mil usuários do ambiente acadêmico, além de outros milhares de usuários pertencentes à comunidade externa. Consolida-se, pois, o conceito de catalogação cooperativa e da qualidade dos registros baseados em normas, cuja finalidade de intercâmbio irá possibilitar a formação de Bancos de Dados Bibliográficos (CRUESP, 2007).

Por outro lado, as ações relacionadas à atividade de catalogação no país, ficam mais institucionalizadas e menos vinculadas às entidades associativas. Os grupos de trabalhos em processos técnicos, até então existentes, mingam nas associações. Mapear a catalogação passa a ser um processo de *networking* entrelaçado ao levantamento bibliográfico da produção técnico-científica sobre o tema. Isto tudo aflora nos eventos, e em grau menor nos programas de pós-graduação.

Mudam-se as características das informações e transformam-se os suportes. A Internet provoca um crescimento na produção de documentos eletrônicos. O AACR (2ª edição) adotado pelas bibliotecas brasileiras encontra-se defasado em relação à descrição de novos suportes, como CD-ROM, disquetes e documentos eletrônicos. Bibliotecários discutem a questão do tratamento dos recursos da Internet, procuram desenvolver procedimentos que permitam organizar e recuperar informações nela disponíveis. Há necessidade de novos padrões; trata-se de um tipo de nova “velha situação”, ou seja, como facilitar o acesso a esses recursos se não se conta com padrão de descrição?

Em meados da década dá-se início, na cidade de Dublin, em Ohaio (Estados Unidos) ao “Dublin Metadata Workshop”, cuja finalidade é discutir a questão dos recursos eletrônicos e sua descrição. O evento vai-se suceder em outros encontros, resultando em apoio simples para a descrição bibliográfica de recursos eletrônicos e

de recuperação e acesso à informação na internet. Estabelece-se o padrão Dublin Core (SOUZA et al.,1997).

Forte preocupação dos bibliotecários tem sido o avanço das atividades da catalogação, no sentido de utilizar as novas tecnologias de informação. A temática, entre outras, vai dominar a atenção da comunidade brasileira na década seguinte. O gráfico 2, ilustra os temas dominantes na década e projeta possíveis tendências da catalogação para o ano que se segue.

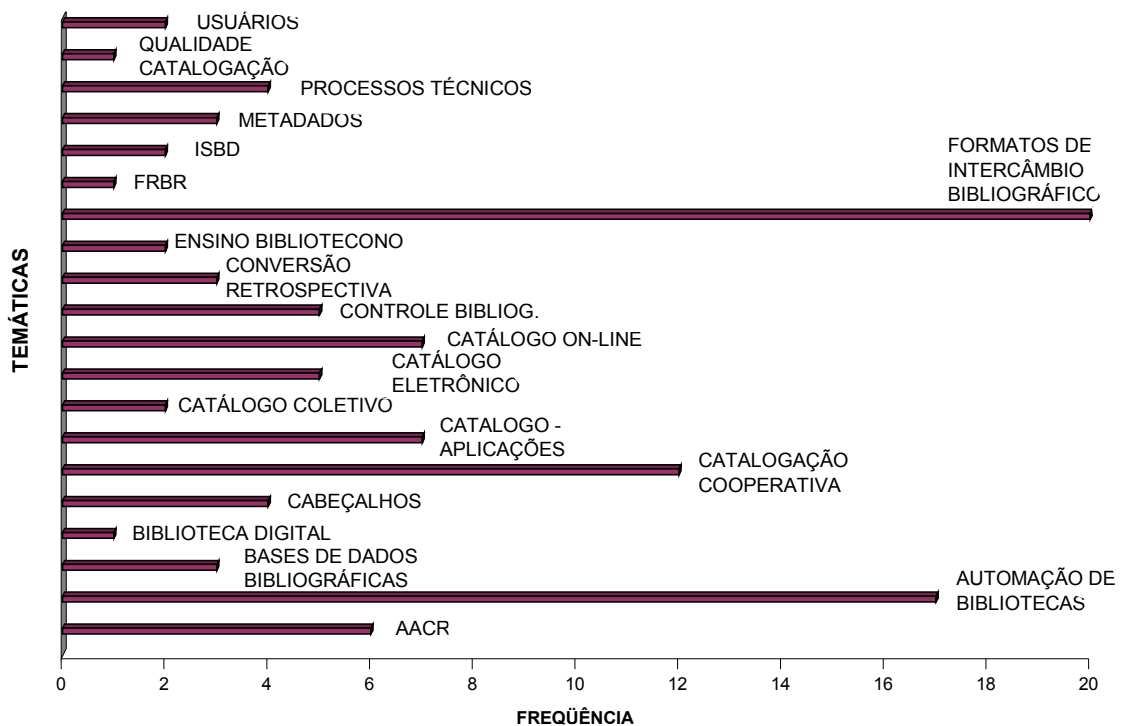


Gráfico 2 – Temáticas relacionadas à catalogação – Década de 1990  
Fonte: Criado por Fernando Modesto

## 2.7 A década de 2000- 2007

Atinge-se agora o alerta à comunidade bibliotecária para o uso de formatos de intercâmbio, especialmente o MARC. Decorrência do crescente processo de

automatização das bibliotecas brasileiras. A Internet, por sua vez, possibilita dispor o serviço de acesso remoto aos registros bibliográficos. Os catálogos, já são de caráter público e de acesso on-line; atenção é dada à qualidade de apresentação dos registros, então visualizados mundialmente. Neste sentido, merece citação a tradução para o português do Formato MARC 21 por Margarida Ferreira (2000a; 2000b), que pavimenta uma necessidade existente de um instrumento assimilável em língua portuguesa, e ainda o fato da defasagem dos formatos nacionais.

Em janeiro de 2000, a Rede Bibliodata começa a desenvolver curso de ensino a distância, denominado EAD Bibliodata, o qual aborda: padrões em Biblioteconomia; automação de bibliotecas; AACR2 e pontos de acesso. Também desenvolve um sistema para o gerenciamento do catálogo coletivo, com a expansão da catalogação cooperativa on-line.

Ensino da catalogação é tema que desperta interesse sobre o uso de metodologias para educação do catalogador de modo contínuo e à distância. Efetua-se, ainda, um desafio ao desenvolvimento da interatividade, da interdisciplinaridade, da auto-educação e consciência crítica desse profissional uma vez que ele é agora sujeito ativo e gerenciador de sua própria educação (SANTOS, 2002).

Grande também é a modernização dos serviços bibliotecários. Participações em redes nacionais e internacionais se estabelecem. Pressões ocorrem em torno das normas e padrões de catalogação.

Em janeiro de 2003 é efetivada a renovação do contrato com os editores do AACR para a cessão dos direitos autorais de tradução e publicação, o que permite à FEBAB tornar disponível aos bibliotecários brasileiros, e aos países de língua portuguesa, o novo Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição, revisão 2002, publicado no formato de folhas soltas acondicionadas em pasta, para facilitar atualizações posteriores. Renasce a confiança de um código sempre atualizado, a fim de manter um padrão de descrição bibliográfica equiparado aos demais países e compatível com os desafios de ambientes de alta tecnologia e de intercâmbio de informações, cada vez mais presentes em nossa realidade (ROSETTO, 2003).

Agora, o instrumento de pesquisa de um catálogo bibliográfico nada mais é do que apresentar descrições dos documentos pertencentes de uma coleção organizada, com vista à sua recuperação e acesso. Os elementos desta descrição são denominados metadados.

A experiência prática brasileira, no uso de padrões metadados, é o Padrão Brasileiro de Metadados de Teses e Dissertações (BDTD) gerenciada pelo IBICT, com a missão de viabilizar a criação de um consórcio de publicações eletrônicas que facilite localizar e disponibilizar a pesquisa científica produzidas no Brasil. O projeto agrega uma crescente participação das universidades brasileiras, trazendo para a atividade de catalogação nova e dinâmica práxis. O gráfico 3, visualiza algumas tendências da catalogação até o presente momento, e o sintomático envolvimento com as tecnologias emergentes de informação.

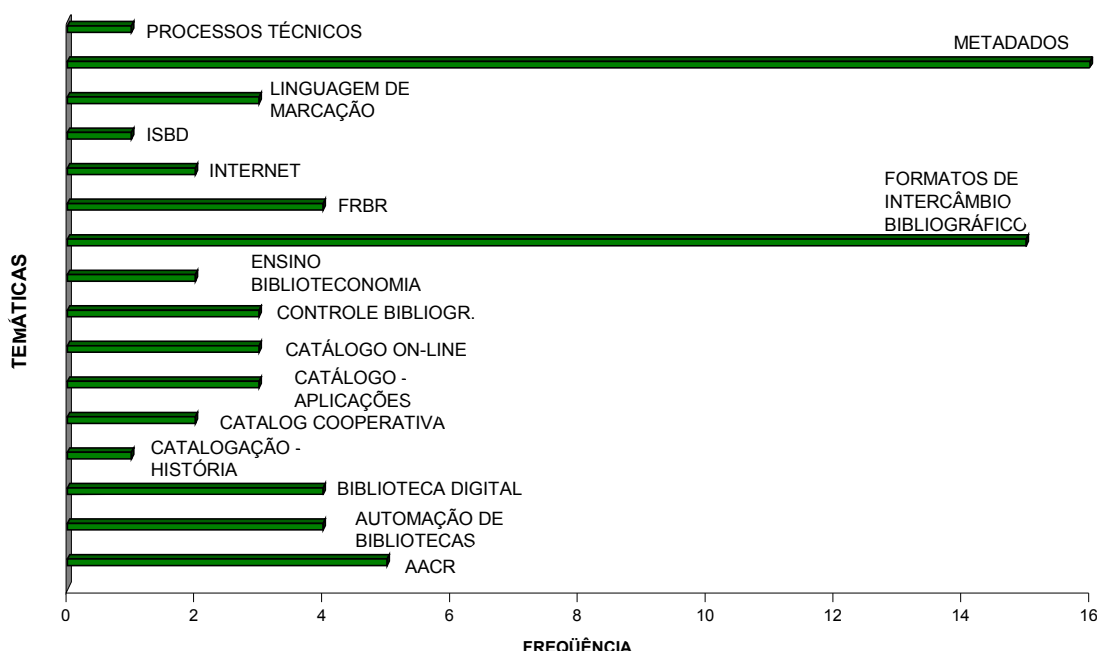


Gráfico 3 – Temáticas relacionadas à catalogação – Década de 2000 - 2007  
Fonte: Criado por Fernando Modesto

### 3 CONCLUSÃO

A catalogação, no Brasil, evolui impulsionada por fatores internos e externos. As tecnologias de informação moldam as práticas da catalogação, e reconstróem o perfil do catalogador brasileiro. Neste sentido, é necessário mencionar as novas propostas efetivadas pela IFLA, por meio da Divisão de Controle Bibliográfico (*Division of Bibliographic Control*), Seção de Catalogação (*Section Cataloguing*), para formulação de um novo conjunto de pontos essenciais da descrição



bibliográfica; e que deve constituir-se na base dos novos códigos de catalogação nacionais e internacionais. As propostas configuram-se em uma declaração de princípios de catalogação em direção a um código internacional, que substitua inovadoramente os objetivos da Conferência de Paris, em 1961. São novas idéias e conceitos a serem aplicadas no entorno da catalogação (TILLET et al., 2005).

Neste cenário, há necessidade de definir os “rumos novos” da catalogação no contexto da cultura nacional, e junto às bases para a devida difusão e assimilação dos métodos e conceitos da descrição bibliográfica do século XXI.

È necessário que a comunidade bibliotecária brasileira agregue-se com maior empenho aos esforços internacionais de compartilhamento de informações que promovem normas bibliográficas utilizadas nos catálogos on-line.

A capacidade de enfrentar os desafios que se apresentam e definir esses “rumos novos” para a catalogação brasileira, só é possível graças ao talento e ao trabalho de judiciosos bibliotecários que nos precedem, e de outros mais que ainda persistem em contribuir com as novas gerações de bibliotecários.

Portanto, a dedicação e o espírito de clarividência desses profissionais que criaram muitos dos nossos mais importantes caminhos e, com aguda liderança administrativa, tem sido o alicerce de sustentação da profissão. Legaram-nos experiências significativas para que entendamos o passado e o presente, e nos dê segurança para realizar outros feitos no futuro.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Paulista de Bibliotecários. **Regras gerais de catalogação e redação de fichas**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1941.

BARBOSA, A. P. **Novos rumos da catalogação**. Org., rev. atual. de Elza Lima e Sílvia Maia. Rio de Janeiro : BNG: Brasilart, 1978.

CARNEIRO, R. Entradas para nomes de língua portuguesa: revisão das regras de nomes brasileiros e portugueses. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. 1/2, p. 43-54, 1984.

CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. **Catalogação simplificada**. Brasília : UNB, 1970.

CRUESP. Bibliotecas. **Histórico**. Disponível em: [http://bibliotecas-cruesp.usp.br/bibliotecas/comp\\_atual.htm](http://bibliotecas-cruesp.usp.br/bibliotecas/comp_atual.htm). Acesso em: 09 maio 2007.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FERREIRA, M. M. **MARC 21**: formato condensado para dados bibliográficos. Marília: UNESP/CGB, 2000a.

FERREIRA, M. M. **MARC 21**: listas de códigos MARC: países, áreas geográficas e idiomas. Marília : UNESP/CGB publicações técnicas, 2000b.

FIORAVANTE, M. A. redes cooperativas no Brasil: o futuro da Rede Bibliodata. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 9, Curitiba, 1996. **Anais**.... Curitiba: UFPR, 1996.

GABRIEL, A.; CARNEIRO, R. Introdução à tradução brasileira. In: **Código de catalogação anglo-americano** / preparado por The American Library Association...[et al.]; coordenado por Micheal Gorman e paul W. Winkler; Tradução brasileira da Parte I e Apêndices sob responsabilidade da Comissão Brasileira de documentação em processo Técnicos da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários. 2ª ed. São Paulo : FEBAB, 1983.

MACEDO, N. D.; FUJITA, M. S. L. Vida e obra de Maria Luisa Monteiro da Cunha (1908-1980). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 25, n. 1/2, p.25-26,1992.

MEY, E. S. A. **Catalogação e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília : ABDF, 1987.

MEY, E. S. A. **Acesso aos registros sonoros**: elementos necessários à representação bibliográfica de discos e fitas. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado). - Universidade de São Paulo, 1999.

MEY, E. S. A. **Não brigue com a catalogação**. Brasília : Briquet, 2003.

MODESTO, F. O acervo da biblioteca está redondo, deixe-o em forma com o MARC. **INFOHOME**, Coluna Tecnologias da Informação, abr. 2007. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=294](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=294)> Acesso em: 10 jun. 2007.

MORENO, F.P.. **Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos – FRBR**: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado). -Universidade de Brasília, 2006.

MÜELLER, S. P. M. O ensino de biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, 1985.

NERY, L. A. Prefácio. In: RIBEIRO, A. M. C. M. **AACR2**: catalogação descritiva de monografias. Brasília: Senado Federal, 1983.

ODDONE, N. E. **Ciência da informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970). Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, 2004.

OLIVEIRA, N. M.; ROSA, M. D. R.; VICENTE, G. **O cabeçalho de assunto da rede Bibliodata/CALCO**: uso e recuperação na Base Acervus/UNICAMP. Transinformação, Campinas, v.9, n1, p.110-123, 1997.

REDE Bibliodata. Histórico. Disponível em: <http://www2.fgv.br/Bibliodata/indexmodelo.asp?modelo=quemsomos.htm>. Acesso em: 10 jun. 2007.

RIBEIRO, A. M. C. M. **AACR2**: catalogação descritiva de monografias. Brasília: Senado Federal, 1983.

ROSSETO, M. AACR2 – Apresentação. **Publicações FEBAB**, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.febab.org.br/>. Acesso em: 10 jun. 2007.

RUSSO, L. G. M. **A Biblioteconomia Brasileira**: 1915 – 1965. Rio de Janeiro : INL, 1966.

SAMBAQUY, L. Q. Apresentação. *In*: Barbosa, A. P. **Novos rumos da catalogação**. Org. rev. atual. de Elza Lima e Silvia Maia. Rio de Janeiro: BNG: Brasilart, 1978.

SANTOS, P. L. V. A. C. Educação continuada à distância do catalogador: uma proposta alternativa. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, Fortaleza, 2002. **Anais...** Fortaleza, UFC/ABC, 2002.

SOUZA, T. B.; CATARINO, M. E.; SANTOS, P. C. Metadados: catalogando dados na internet. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 2, p.93-105, 1997.

TILLET, B.; GÖMPEL, R.; OEHLISCHLÄGER, S. (ed.). **Principios de catalogación de IFLA**: pasos hacia un código internacional de catalogación: Informe de la 1ª Reunión IFLA de Expertos sobre un Código Internacional de Catalogación, Frankfurt, 2003. Traducción de Mariá Luisa Martínez-Conde [et al.]. Madrid, Espanha : Ministerio da Cultura/Subdirección General de Publicaciones, Información y Documentación, 2005. (Série de IFLA sobre Control Bibliográfico, v. 26).

TRINTA anos de existência. **Jornal da FEBAB**, São Paulo, Edição especial, agosto, 1989. Disponível em: <http://www.febab.org.br>. Acesso em 10 jun. 2007.